

HUM@NÆ

Questões controversas do mundo contemporâneo

v. 13, n. 1

POR ONDE ANDEI...: um estudo urbanístico Pelo Pólo Médico Central De Recife

Dayana Maria Oliveira do NASCIMENTO¹

Jesiele Lopes LEAL²

Paula Polimeni MESQUITA³

Roberto Sarmento da SILVEIRA JÚNIOR⁴

RESUMO

O artigo é fruto de um estudo realizado durante o período compreendido entre os anos de 2016 a 2018 sobre a situação das gestantes que se deslocam do interior e da Região Metropolitana do Recife para realizar o acompanhamento médico durante o período gestacional. Este trabalho aborda as condições de mobilidade reduzida temporária destas mulheres no Pólo Médico Hospitalar central do Recife. O objetivo é analisar o percurso que usuárias do hospital do IMIP, referência em obstetrícia e pediatria, percorrem e a sua relação com espaço urbano.

Palavras chaves: Acessibilidade, mobilidade reduzida, gestantes.

1Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Ciências Humanas ESUDA. E-mail: dayana_oliveira@live.com.

2Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Ciências Humanas ESUDA. E-mail: jesiele_leal@hotmail.com.

3Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Ciências Humanas ESUDA. E-mail: paulamesquita355@gmail.com.

4Arquiteto e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. E-mail: robertosarmento@hotmail.com.

ABSTRACT

The article is the result of a study carried out during the period from 2016 to 2018 on the situation of pregnant women traveling from the interior and metropolitan area of Recife to perform medical follow - up during the gestational period. This study deals with the conditions of temporary reduced mobility of these women in the central hospital medical center of Recife. The objective is to analyze the course that users of the IMIP hospital, reference in obstetrics and pediatrics, and their relationship with urban space.

Keywords: Accessibility, reduced mobility, pregnant women.

INTRODUÇÃO

Para garantir o atendimento durante o período de gestação e pós-parto, mulheres se deslocam do interior do estado e levam até 24 horas para receberem atendimento (ou auxílio) médico e retornarem à cidade de origem. Averiguando, durante a pesquisa que elas se deslocam, em sua maioria, de ônibus tanto da prefeitura municipal vindas do interior do Estado como em linhas convencionais da Região Metropolitana do Recife - RMR.

Ao chegarem a capital pernambucana, essas mulheres se deparam com a dificuldade de permanência em um local adequado e seguro que ofereça o mínimo de conforto. Bem como a dificuldade de locomoção no entorno, onde se encontram calçadas esburacas, sem sombreamento e estreitas, dificultando o passeio e a estadia.

Este trabalho propõem uma infraestrutura urbana adequada aos usuários do polo médico hospitalar central do Recife, , direcionado ao percurso que mulheres realizam durante o período gestacional em torno do maior hospital de referência pública, Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP, localizado no bairro dos Coelhos e fundado em 1960 por um grupo de médicos, liderados pelo Professor Fernando Figueira, seu mentor. Atuando nas áreas de assistência médico-social, ensino, pesquisa e extensão comunitária, o Complexo Hospitalar do IMIP, volta o atendimento para a população carente pernambucana, sendo reconhecido como uma das

estruturas hospitalares mais importantes do País, nas áreas de ginecologia, pediatria/aleitamento e obstetrícia.

Além do atendimento à população carente pernambucana, propicia assistência integral à saúde da criança, da mulher e do adulto. O Complexo é composto por dez prédios, incluindo o Hospital Pedro II, distribuídos numa área de 53 mil m² que oferece, através do SUS, serviços ambulatoriais e hospitalares.

Referência em Emergência Ginecológica-Obstétrica e atendendo cerca de 1800 mulheres por mês, sendo 70% oriundas da Região Metropolitana do Recife, o IMIP, foi o primeiro hospital no Brasil a implantar, em abril de 2009, o Programa de Acolhimento com Classificação de Risco. Esse programa permite o acolhimento das gestantes priorizando o atendimento com base em classificação de necessidades, de acordo com sua gravidade, ao contrário do modelo tradicional que é praticado por ordem de chegada.

Por intermédio do Centro de Atenção à Mulher (CAM), assiste às mulheres pernambucanas e realiza anualmente cerca de 50.000 consultas ambulatoriais, 22.000 consultas na urgência obstétrica e cerca de 5.000 partos por ano, sendo o único hospital público do Norte-Nordeste do Brasil a possuir uma Unidade de Terapia Intensiva Obstetrícia (UTI) com 10 leitos exclusivos para as gestantes e puérperas de alta gravidade.

Observa-se que o centro hospitalar é um equipamento dependente de uma infraestrutura urbana deficitária. Para sanar tal problema essa pesquisa teve como objetivo geral estudar o percurso de gestantes no entorno do hospital, principalmente na Rua dos Prazeres e a permanência das mesmas na praça Miguel de Cervantes. A proposta de urbanização adequa o deslocamento para tornar o trajeto acessível entre a praça e o hospital, tendo como objetivos específicos, identificar a infraestrutura de calçadas, passagens e acessos; Identificar a utilização e acolhimento da praça; Realizar comparativo da estrutura existente com a NBR 9050, o Manual de arborização e a lei 16.292/1997 - Lei de Edificações e Instalações na Cidade do Recife.

Como metodologia, utilizou-se pesquisas de conceitos de paisagem urbana de Gordon Cullen (2006), com a finalidade de analisar detalhadamente aspectos qualitativos da cidade, afim de desenvolver o conceito de cidade como “unidade geradora de bem-estar e de facilidades que leva a maioria das pessoas a preferirem viver em comunidade a viverem isoladas”.

Em complemento ao conceito de Cullen, artigos, documentos, dados do IBGE, entrevistas, levantamento fotográfico, pesquisa *in loco*, caminhadas exploratórias (a pé e de carro), acessos, calçadas, vias, arborização, mobiliários, locais de permanência, foram analisados para possibilitar o embasamento deste artigo.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA ÁREA

O bairro dos Coelhos surge com a chegada da população judaica em Recife, no fim do século XVI, essas terras foram chamadas inicialmente de Cemitério dos Judeus, já que o local dos sepultamentos desse povo.

Posteriormente, a área fora adquirida pela família Coelhos Cintra, recebendo o nome de Sítio dos Coelhos, a propriedade continha uma casa principal para a família, uma capela e uma senzala de escravos. Em 1824, as terras foram adquiridas pelo governo para servir de local para um matadouro e currais de gado.

Em 1831, uma lei estabeleceu a fundação de um hospital de caridade: o hospital São Pedro de Alcântara, atual IMIP.

Em 1846, porém, o hospital é transferido para a antiga casa familiar do Sítio dos Coelhos, por possuir maiores dimensões, comportar dois pavimentos, uma fachada e fundos bem largos, prestando, portanto, para tal finalidade.

No ano de 1847, construiu-se outro prédio, hospital Pedro II, participante também do complexo hospitalar do IMIP. Na entrada da construção existe um pequeno pórtico de cantaria portuguesa, entre duas colunas que sustentam o

frontão onde se vê a escultura de uma mulher (simbolizando a caridade) e uma criança.

A partir do desenvolvimento hospitalar na área, inicia-se o processo de urbanização, pessoas que buscavam atendimento hospitalar vindas de diversas regiões do estado de Pernambuco, sem condições financeiras de ir e vir de suas cidades de origem, buscavam abrigos nas redondezas, conseqüentemente uma malha urbana foi desenvolvida desordenadamente, com diversos usos em função do hospital como clínicas de tratamentos e exames médicos, habitações, comércio formal e informal, casas de apoio, ONG's, etc.

O bairro, é considerado uma Zona de Especial de Interesse social (ZEIS), de acordo com a Lei de Uso e Ocupação dos solos de Recife - LUOS, tem aproximadamente 43 hectares de área e 7.633 habitantes, segundo IBGE (2010). Sua área é delimitada pelo Rio Capibaribe ao sul e ao leste, pelas ruas Dr. José Mariano, Rua de São Gonçalo e Rua do Jasmim ao norte e pela rua José de Alencar e Praça Miguel de Cervantes a oeste.

A tipologia construtiva e a morfologia urbana deste bairro foram analisadas, através do estudo das volumetrias construídas, dos espaços livres, do suporte físico e dos padrões de parcelamento do solo. Destacando a seguinte classificação tipológica:

A 01, distribuídas por toda a parte antiga do bairro, numa configuração de quadra fechada, com ruas estreitas, sem arborização e traçado regular, totes com testadas de aproximadamente 5 metros e a edificação no centro do lote, com recuo de fundos e sem recuos laterais e frontais e uso residencial.

Contrapondo, a 02, apresenta-se na área de ocupação recente, com uma configuração de quadra fechada, ruas mais largas, sem arborização e traçado irregular; Edificação sob pilotis no centro do lote, com recuos laterais, frontal e de fundos; Uso predominantemente comercial; Lotes com testadas entre 10 e 20m aproximadamente; Padrões construtivos homogêneos com residências de 1 pavimento, cobertura em telha colonial, pintura em cores

claras, com detalhes de moldura de portas e janelas em cor geralmente em branco e padrões construtivos homogêneos com edifícios de 15 pavimentos em média.

Destaca-se nessa análise a Rua dos Prazeres, por se tratar da área escolhida para intervenção e ser um dos principais acessos ao centro médico-hospitalar, onde existem edificações de uso misto, em sua maioria antigas de terrenos alongados, com um único pavimento térreo que ocupa toda extensão do lote. O conjunto dessas edificações, em suas fachadas possuem a mesma altura e largura formando uma faixa de casas geminadas.

Esses tipos de construções antigas conjugadas, levam a uma falta de espaços vazios, seja para novas construções ou para áreas verdes de respiro.

No contexto urbano antigamente não havia preocupação com conforto ambiental, o que se perpetuou para gerações posteriores, não havendo a preocupação com acústica urbana, nem isolamento térmico, já que não existem árvores para sombreamento, nem coberturas para proteção solar; A iluminação pública do bairro é precária, o que gera insegurança maior nas ruas durante o período noturno; A percepção sonora é alta, devido a passagem ininterrupta de veículos de pequeno e grande porte, sirenes de ambulâncias, gritos de vendedores informais, grande fluxo de pessoas, etc, precisando, assim a criação de ambientes sonoros agradáveis, capazes de proteger as pessoas dos ruídos indesejáveis, que geram incômodos e acarretam danos à saúde.

Falta de higienização e acessibilidade, desnivelamento, larguras irregulares, são alguns dos problemas enfrentados pelas gestantes quando se trata das calçadas, o que torna o trajeto IMIP/Praça Miguel de Cervantes perigoso e desconfortável.

As ruas do percurso são asfaltadas e variam de tamanhos de acordo com o nascimento das mesmas, não se adaptando as intempéries do tempo. Em algumas situações devido a chuvas sofrem alagamentos, por falta de estruturas sanitárias, o que torna inacessível o deslocamento das gestantes até a região hospitalar.

Os Lotes na parte norte ao hospital por serem mais antigos possuem um tamanho padrão, já na parte leste, há um crescimento desordenado sem desenho rígido de lotes, contando também com as palafitas ribeirinhas.

Os quarteirões têm grande extensão, principalmente os mais antigos, o que leva as gestantes a percorrem um longo caminho a pé, o que poderia ser solucionado com a permeabilidade das quadras.

Desse modo o estudo relaciona esse hospital, o seu entorno, a infraestrutura urbana, o período gestacional e o deslocamento de gestantes que circulam diariamente na área, analisando a cidade para que esta seja acessível, confortável e segura, fazendo com que as grávidas usufruam dos espaços disponíveis de livre circulação pública.

Definindo acessibilidade pela NBR 9050, como:

“Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida”.

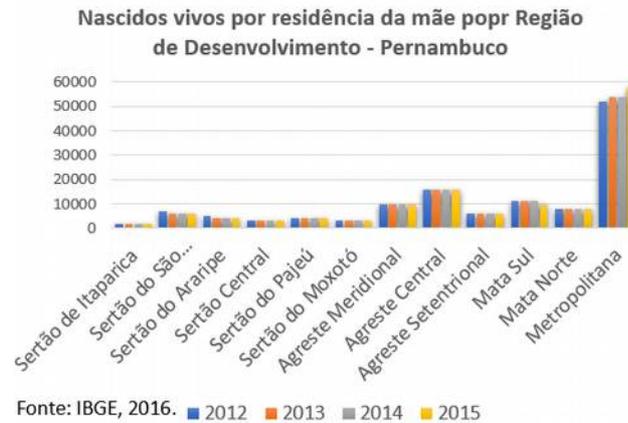
De tal modo, caracteriza-se mobilidade pela condição criada para que as pessoas possam se locomover entre as diferentes zonas de uma cidade. Pela Segundo a NBR 9050, gestantes e lactantes tem sua mobilidade reduzida temporariamente, ou seja, seus movimentos são limitados por uma condição física temporária. Antagonizando idosos e deficientes, que tem essa mobilidade reduzida permanentemente, necessitando de uma atenção especial ou adaptações nos ambientes por um período de tempo determinado, o que não significa que a cidade possa deixar de estar acessível a todos, para livre circulação.

Para conceituar a paisagem urbana, Gordon Cullen, se apropria da arte de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano, reunindo elementos para a criação de um ambiente de modo a despertar emoção ou interesse das pessoas.

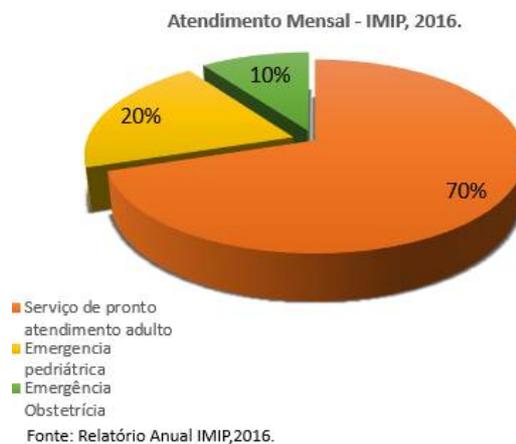
Na formatação desse conceito o autor recorre a três aspectos: A ótica, que é a visão serial, formada por percepções sequenciais dos espaços urbanos “primeiro se avista uma rua, em seguida se entra em um pátio, que sugere um novo ponto de vista de um monumento e assim por diante”; O local, que se refere às reações da pessoa com relação a sua posição no espaço, o sentido de localização, esse aspecto refere-se às sensações provocadas pelos espaços: abertos, fechados, altos, baixos e etc; O conteúdo, que se relaciona a construção da cidade, cores, texturas, escalas, estilos que caracterizam edifícios e setores da malha urbana. Com base nesse conceito de paisagem como elemento organizador, Cullen apresenta vários temas para as paisagens urbanas, como exemplo a apropriação do espaço, onde pessoas transitam, descansam, conversam, habitam determinado espaço da cidade; Recintos, definidos por espaços urbanos interiores, caracterizados pelo sossego e a tranquilidade, e que o vai e vem das ruas não é tão notado; Praceta, que é um espaço pontuado por árvores e bancos, que permitem descanso e contato humano.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

As entrevistas *in loco* e dados do IBGE, constaram o grande número de gestantes que utilizam os serviços do IMIP, decorrem da região metropolitana, quando se trata de números do interior do estado, é visto que em sua maioria as gestantes tem origem no Agreste Central, área formada por 26 municípios, dentre eles Caruaru, cidade referência econômica, cultural e hospitalar no interior do estado.



Essa concentração de atendimentos se dá pela falta de estrutura física hospitalar do interior e pela falta de UTI neonatais especializadas em gestação de alto risco, fazendo com que o sistema de atendimento desse equipamento hospitalar seja sobrecarregado, chegando a 30% de todos os atendimentos gerais disponíveis no hospital.



Apropriação da cidade, pela gestante, se dá pelo deslocamento, utilizando vias e calçadas como na Rua dos Prazeres, ou pela permanência na praça Miguel de Cervantes, principalmente as que vem do interior, onde se refugiam, devido à proximidade com o hospital e por ser um ponto de embarque e desembarque dos ônibus cedidos pelas prefeituras interioranas, em busca de um conforto urbano enquanto esperam o transporte de volta a sua cidade de origem.

A precariedade nas infraestruturas urbanas é perceptível: calçadas estreitas, desniveladas, esburacadas, muitas vezes ocupadas pelo comércio informal; Ausência de arborização ou cobertas que sombreiam o percurso, gerando desconforto ambiental; Transporte público, precário, as linhas de ônibus disponíveis próximo ao IMIP são insuficientes; Ruas são estreitas, carência de estacionamento público e/ou que sejam destinados aos ônibus das prefeituras do interior, fazendo com que esses ônibus se aglomerem em volta da praça Miguel de Cervantes, gerando perturbação no trânsito em determinadas horas do dia; Insuficiência de mobiliários de permanência e específicos para gestantes, como banheiros e trocadores, na praça Miguel de Cervantes, são de extrema importância para o acolhimento destas.

PROPOSTA

Frente a essas problemáticas, foi desenvolvido soluções que possam ser replicadas em outras áreas da cidade, concebendo melhoria urbana e criando um recinto que sirva de acalento para as grávidas e demais usuários desse entorno, respeitando a normas de acessibilidade e utilizando o conceito de desenho universal.

Propõem-se para a falta de permeabilidade das quadras (entrada, passeio e/ou permanência), a penetração do espaço com criação de áreas para descanso e vivência.

O conceito de desenho universal, foi aplicado nas calçadas inacessíveis, assegurando a utilização, a segurança e a autonomia, das gestantes. A ideia é conceber passeios seguros, faixa de circulação livre de obstáculos e locais de descanso ao longo da rua dos Prazeres, com delimitação de áreas de transferência, de serviço e de passeio.

A praça Miguel de Cervantes por se tratar de um elemento acolhedor das grávidas, propõem-se a criação de um espaço família, com sala pra amamentação, espaço pra banho/troca de bebês, além de banheiros acessíveis femininos e masculinos; Árvores de médio porte, foram

preservadas; Bancos tiveram design modificados, propiciando o aconchego e ergonomia; Demais elementos com a fonte, quiosques e Igreja foram preservados ou melhorados. Os acessos foram modificados para atenderem a NBR 9050; Os cruzamentos tiveram a implantação da elevação do piso, pra que o pedestre seja sempre prioridade; Implantação da área de redários, já que pessoas estendem redes para descansar, entre os ônibus e as árvores para descansar; Criação de um parque infantil, centro da praça na intenção de dar a vida ao ambiente, com toda a energia, felicidade e pureza das crianças.

Imagem 01: Proposta de intervenção.



Fonte: Autor, 2018.

Imagem 02: Proposta Praça Miguel de Cervantes.



Fonte: Autor, 2018.

Imagem 03: Proposta Rua dos Prazeres.



Fonte: Autor, 2018.

CONSIDERAÇÕES

Pressupondo espaços urbanos como ambientes propícios para a convivência com a diversidade e a necessidade legal de adequações físicas, o estudo teve a oportunidade de analisar as condições das gestantes que,

mesmo sem algum tipo de deficiência, passam por um período tendo sua mobilidade reduzida.

De acordo com a constituição federal e a NBR 9050, acessibilidade é um direito e as cidades devem estar aptas a oferecer condições plenas para que estas pessoas possam exercer seu direito independente de ter restrições físicas. Além do fato da obrigatoriedade de atendimento à legislação vigente, garantir as condições de acessibilidade e segurança de quaisquer usuários é dever governamental.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações,

mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

ABBUD, Benedito. Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística. 4º edição. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

CULLEN, Gordon. Paisagem Urbana. Lisboa: Edições 70, 2006.

DEL RIO, Vivente. Introdução ao desenho urbano no planejamento urbano. Editora Pini, 1990.

Grupo de trabalho de sustentabilidade AsBEA. Guia sustentabilidade na arquitetura: diretrizes de escopo para projetistas e contratantes. São Paulo: Prata Desing, 2012.

Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SMAS. Manual de arborização: orientações e procedimentos técnicos básicos para a implantação e manutenção da arborização da cidade de Recife. 1. ed.- Recife:(s.n.),2013.

www.ibeg.org.br/ - Acesso em 10/10/2018

www.anuario.pe.gov.br/demografia/natalidade - Acesso em 10/10/2018

www1.imip.org.br/imip/hospitalpedroii/index.html - Acesso em 10/10/2018

basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=293&Itemid=1 - Acesso em 10/10/2018

www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/16.183/5956?page=4 - Acesso em 21/10/2018

tabonito.com/os-20-bancos-maios-criativos-espalhados-pelo-mundo - Acesso em 21/10/2018

www.megacurioso.com.br/arquitetura-e-engenharia/37268-9-banheiros-para-voce-conhecer-antes-de-morrer.htm - Acesso em 21/10/2018

Lei 16.292/97 - Lei De Edificações E Instalações Na Cidade Do Recife.

Lei Nº 16.176/96 - Lei De Uso E Ocupação Do Solo Da Cidade Do Recife.